

Mulheres Paulistas no Prouni: Mediações Entre a Universidade e a Precariedade

Women from São Paulo at Prouni: Mediations Between the University and Precariousness

Henrique Costa¹

Resumo

O presente artigo pretende discutir o lugar de precariedade de mulheres paulistas contempladas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) no ensino superior privado, comparando dois perfis caracterizados por área ocupacional, idade e localização do campus universitário de uma grande instituição de ensino privado de São Paulo. Criado no ano de 2005 pelo governo Lula, o Prouni se firmou como uma política pública cujo propósito de formar mão de obra qualificada abriu espaço para que 1,4 milhão de pessoas de classes baixas chegassem ao ensino superior privado até 2014. Com base em entrevistas inéditas e no trabalho de campo desenvolvido entre os anos de 2012 e 2014, trabalhamos metodologicamente como um estudo de caso ampliado, com o objetivo de mapear as trajetórias de vida e as visões de mundo cultivadas por essas mulheres diante de temas centrais em seus lugares de classe: o trabalho, a educação, a mobilidade e, evidentemente, as relações sociais de sexo. Em cada grupo, a precariedade se apresenta em suas especificidades, em que a flexibilização ressignifica a própria heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave: Prouni. Lulismo. Relações de gênero. Classes sociais. Precariedade.

Abstract

The present paper intends to discuss the precarious place of women students from the Programa Universidade para Todos (Prouni) in private higher education, comparing two profiles characterized by occupational area, age and location of a university campus of a large private education institution in São Paulo. Created in the year 2005 by the Lula administration, Prouni established itself as a public policy whose purpose of forming skilled labor opened space for 1.4 million people from lower classes to reach private higher education until 2014. Based on interviews and fieldwork developed between the years of 2012 and 2014, we work methodologically as an extended case study, with the objective of mapping the life trajectories and world views cultivated by these women in face of themes that are central to their class spots: work, education, mobility and, of course, the social relations of sex. In each group, precariousness presents itself in its specificities, in which the flexibilization re-signifies the very heterogeneity of the Brazilian labor market.

Keywords: Prouni. Lulism. Gender relations. Social classes. Precariousness..

Introdução

A divisão sexual do trabalho, como estudada por Elizabeth Souza-Lobo (2011, p. 55), implica “relações assimétricas no nível da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário”. Sua pesquisa em São Paulo demonstrou a diferença de funções, qualificação e remuneração entre homens e mulheres, quando na ausência de justificativas técnicas, a “cultura do trabalho” passa a servir como justificativa para a indiferença, por parte da hierarquia da fábrica, às

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS-UNICAMP, Campinas, SP, Brasil). E-mail: hen.costa@gmail.com. ORCID: <http://0000-0003-1966-8388>.

demandas por igualdade.² Nessa perspectiva, as relações sociais de sexo perpassam todos os momentos da formação da força de trabalho, tendo implicações sobre as escolhas que mulheres e homens fazem ao decidir sobre sua qualificação profissional.

Nas sociedades fordistas estadunidense e europeia, a carreira profissional e a educação estão intimamente vinculadas, pois a escola cumpre um papel fundamental na reprodução social. No modelo típico dos países de capitalismo avançado, caracterizado por forte controle, por parte das famílias e do Estado, dos processos gerais de qualificação para o trabalho, a escola teve lugar central, sendo o principal elemento de mobilidade social e de geração de oportunidades. Já no Brasil, segundo afirma Adalberto Cardoso (2008), teria se configurado o que ele chamou de *padrão desenvolvimentista* no percurso social dos jovens. Entre 1940 e 1980, o Brasil viveu um processo de profunda mudança estrutural, fruto de um padrão de crescimento econômico que se convencionou denominar desenvolvimentista, dirigido e financiado pelo Estado em associação com capitais nacionais e estrangeiros. Esse modelo implicou em um padrão de transição escola-trabalho caracterizado por Cardoso (2008, p. 583) pela importância mínima dada à educação na configuração das oportunidades iniciais de vida. A educação formal nunca teria sido o principal mecanismo de qualificação para o trabalho, que se deu, basicamente, nos próprios locais de trabalho ou em instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Assim como a escolaridade, as relações sociais de sexo continuam determinantes no mercado de trabalho. Apesar da diferença entre os rendimentos de homens e mulheres ter diminuído nos últimos anos, em 2016 elas ainda recebiam o equivalente a 76,5% dos rendimentos dos homens. Segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 as mulheres dedicavam, em média, 18 horas semanais a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens, que dedicavam apenas 10,5 horas. Isso explica, em parte, o fato de a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos de tempo parcial, de até 30 horas semanais, ser o dobro da proporção de homens (28,2% das mulheres ocupadas, contra 14,1% dos homens). No mesmo ano, as mulheres de 15 a 17 anos de idade tinham frequência escolar líquida (proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária) de 73,5% para o ensino médio, contra 63,2% dos homens.³

Ainda que a precariedade no mercado de trabalho esteja em crescimento nos últimos anos,⁴ a qualidade da inserção profissional daqueles que detêm um diploma de ensino superior é caracterizada por, além da manutenção de níveis de renda significativamente mais elevados, menores taxas de desemprego e de informalidade. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Márcia Lima (2012, p. 2) concluiu que a taxa de participação, que expressa a propensão à atividade, é maior entre os graduados do que entre os não graduados, proporcionando maiores retornos desse investimento em termos de inserção ocupacional, renda e *status* social.

² Souza-Lobo (2011, p. 65) define a hierarquização dentro da fábrica como um “complexo mecanismo cultural” que obedece a critérios não-técnicos, que atribuem qualificações às tarefas e aos executores. Assim, se define arbitrariamente que há, por exemplo, “cursos [técnicos] de mulher” e, para além disso, “relações hierárquicas e de qualidade distintas entre os sexos, representações de responsabilidades e de adequação, que por sua vez remetem a relações de poder fundadas no saber técnico”.

³ Os dados da pesquisa permitem ainda observar a presença, além das relações sociais de sexo, daquelas ligadas à idade e à raça ou cor. Assim, ainda em 2016, 21,5% das mulheres na faixa de 25 a 44 anos de idade tinham completado a graduação, contra 15,6% dos homens. Desagregando-se a população de 25 anos de idade ou mais com ensino superior completo por cor ou raça, as mulheres brancas estão à frente, com 23,5%, seguidas pelos homens brancos, com 20,7%; bem abaixo estão as mulheres pretas ou pardas, com 10,4% e, por fim, os homens pretos ou pardos, com 7,0%.

⁴ De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, dos 91,3 milhões de pessoas ocupadas no trimestre encerrado em setembro de 2017, 22,9 milhões trabalhavam por conta própria, e 10,9 milhões eram empregadas no setor privado sem carteira de trabalho, um crescimento de, respectivamente, 1,1 milhão e 641 mil pessoas, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior; na comparação com o mesmo período de 2014, o Brasil perdeu 3,4 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada.

Em especial, a década lulista⁵ incrementou o acesso aos centros universitários através de políticas públicas específicas, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o reforço do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A seleção do Prouni é feita por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), exigindo que o aluno tenha cursado o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral em escola privada. As bolsas integrais do programa são reservadas a estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, enquanto as parciais (50%) são destinadas àqueles com renda familiar *per capita* de até 3 salários mínimos. O programa também oferece bolsas para os estudantes que se autodeclararam pretos, pardos ou índios no ato da inscrição (obedecendo a um cálculo baseado no número de cidadãos pretos, pardos e indígenas em cada Unidade da Federação, segundo o último Censo do IBGE).

Este artigo apresenta resultados da pesquisa⁶ que desenvolvi com estudantes beneficiárias do Prouni moradoras da cidade de São Paulo, em busca de conexões entre suas experiências de vida, trabalho e lazer, e a maneira como veem a política e seus principais representantes. Trabalhei neste texto um recorte que inclui apenas as mulheres entrevistadas, buscando destacar “relações assimétricas”, como sugere Souza-Lobo (2011), e que diferenciam suas vivências diante da experiência universitária. São três processos analisados aqui que se cruzam na vida dessas jovens, iniciantes na cidadania, e adultas, já sujeitadas a desilusões e perdas: a questão urbana e os processos de espoliação e segregação produzidos pelo progresso marcado pela desigualdade típica de uma metrópole da periferia do capitalismo; as possibilidades abertas pela vigorosa expansão de vagas no ensino superior privado brasileiro nas últimas décadas; e as relações sociais de sexo, que estabelecem dinâmicas próprias nas escolhas dessas mulheres.

Nas ocupações em que as mulheres que entrevistei estiveram ao longo da vida, essa precariedade é constante, com características diferentes. Para as segundas ou terceiras gerações, filhas de operários, empregadas domésticas, trabalhadores do setor de serviços etc., as últimas décadas ofereceram além de maior acesso ao consumo e vagas no ensino superior, empregos precários e de baixa remuneração (POCHMANN, 2012). Veem-se entre a expectativa de mobilidade social apresentada pelo diploma universitário e uma rotina dura entre trabalho e escola em um contexto de muitos “benefícios” e poucos direitos. De uma geração a outra, a busca do acesso à cidadania pela conquista da proteção social e das esperanças materializadas na organização coletiva de outrora, dá lugar a possibilidade de desfrutar de melhores condições materiais, mas ainda afetada pela desigualdade, pela sociabilidade violenta (SILVA, 2004), pouco articulada para a reivindicação coletiva, e que ao final se encontra igualmente oprimida em suas subjetividades.

Na pesquisa, selecionei 14 estudantes, sendo 10 mulheres favorecidas pelo Prouni nas unidades Barra Funda, Vergueiro e Santo Amaro da Universidade A,⁷ com as quais realizei ao menos duas entrevistas aprofundadas sobre questões que envolvem modos de vida, opiniões e expectativas sobre educação e trabalho, visões de mundo e da política em particular. Também visitei mais de duas dezenas de vezes os campi, permanecendo por longos períodos em meio aos alunos. Na incursão etnográfica, estive nas três unidades da instituição, na capital paulista, entre outubro de 2013 e julho de 2014, a convite de dois profissionais da instituição, um da área de Tecnologia e outro do curso de Pedagogia, retornando para as entrevistas finais perto das eleições de 2014, entre setembro e novembro do mesmo ano. Conversei longamente com os professores para me familiarizar com os ambientes e entender as diferenças entre os cursos e os diferentes públicos que integram as unidades em que trabalham.

⁵ André Singer (2012) entende como lulismo a adesão de milhões de pessoas especialmente beneficiadas pelas políticas de reajuste regular do salário mínimo, expansão acelerada do crédito e incremento da formalização do trabalho em níveis crescentes, além do acesso a novas políticas públicas, como o Bolsa Família e o Prouni, fazendo com que uma grande massa de trabalhadores precários atingisse padrões de consumo e inclusão inéditos, um setor tradicionalmente hostil ao PT, para a principal base eleitoral do partido.

⁶ O presente artigo origina-se em pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), na qual foram trabalhadas as contradições e ambivalências entre dois grupos de prounistas da Universidade A, estudantes de Pedagogia e da área de Tecnologia (COSTA, 2015).

⁷ O nome da universidade será resguardado, tendo em vista evitar quaisquer problemas legais.

Acompanhei também aulas do curso de Ciências da Computação no campus Barra Funda, recebido pelo professor responsável por algumas disciplinas. As primeiras fontes da pesquisa foram apresentadas por esses professores, que filtraram em suas salas quem era beneficiária do Prouni. Feito o contato, marcava as entrevistas, com alguma dificuldade, pois não tinha autorização para acessar livremente o interior dos campi. Quando era possível, conversávamos na área de alimentação do edifício, mas o mais comum era a entrevista acontecer nos bancos colocados próximos aos guichês de inscrição no Fies.

Para estruturar a reflexão, a pesquisa procurou mapear ideologicamente os dois grupos e localizá-los no vasto universo do trabalho precário paulistano. A proposta metodológica que se mostrou adequada para este propósito foi o estudo de caso ampliado (*extended case method*), que tem em Michael Burawoy (2009) seu principal representante e que aplica ao campo de pesquisa o que o sociólogo chama de “ciência reflexiva”.

A ciência reflexiva tem por princípio o diálogo, virtual ou real, entre observador e participantes, inserindo-o dentro de um segundo diálogo entre processo local e forças externas, que por seu turno podem ser compreendidas apenas através de uma terceira, expandindo o diálogo da teoria consigo mesma. A objetividade não é mensurada por procedimentos que assegurem um mapeamento acurado do mundo, diz o autor, mas pelo aumento do conhecimento, ou seja, pela reconstrução imaginativa que acomode as anomalias. Assim, o método do estudo de caso ampliado aplica a ciência reflexiva à etnografia no sentido de extrair o geral do particular para mover do “micro” ao “macro” e para conectar o presente ao futuro. A ciência reflexiva parte do “estoque” de teoria acadêmica, por um lado, e do conhecimento popular existente, por outro, iniciando sua interação a partir de locações reais (BURAWOY, 2009).

Sobretudo para as estudantes de Pedagogia entrevistadas, a chance de cursar o ensino superior pode significar uma mudança de uma trajetória de precariedade em direção ao sonho desenvolvimentista de constituir carreira. Elas são, em média, mais velhas que as estudantes do outro grupo,⁸ assimilaram durante a vida experiências e perspectivas diferentes, e a formação universitária as estimula a pensar no longo prazo. As estudantes de Tecnologia, por outro lado, apresentam condições materiais relativamente melhores, são mais jovens, e a maioria mora com os pais. São futuras trabalhadoras do setor de serviços em empresas de tecnologia, *call centers*, comércio, marketing eletrônico e segurança da informação. Em geral, essas estudantes haviam saído há pouco do ensino médio e fazem parte de um setor dinâmico da economia, que contrata e demite em ritmo intenso.

Notavelmente, no caso das alunas de Pedagogia, por mais que tenham opiniões semelhantes sobre a qualidade da universidade, escolhem o curso motivadas por valores como vocação, “gosto” por ensinar ou afeição por crianças – características de uma socialização que atribui suas qualificações a fatos da natureza, e não a processos de dominação –, ao invés do extremo senso prático que caracteriza a escolha das estudantes de Sistemas da Informação, Tecnologia em Sistemas para Internet e assemelhados. Nestas se observa plenamente em funcionamento o conceito de *subjetividade precária*, formulado por Danièle Linhart (2014), componente do trabalho moderno em que as políticas empresariais objetivam instalar a individualização sistemática da gestão dos assalariados pela implementação paulatina de políticas de individualização do aumento de salários, formações personalizadas e critérios pessoais na grade de qualificação das convenções coletivas. Como resultado, os assalariados são tomados por um sentimento de precariedade difusa, pois devem dar provas o tempo todo de “competência e empregabilidade”. A mobilidade, a avaliação sistemática e o isolamento constituem assim fatores de vulnerabilidade e fragilização. Isso tudo acompanhado por um estímulo ao narcisismo.

⁸ A média de idade dos entrevistados é de 22,2 anos para os tecnólogos e de 28,8 para as pedagogas. A questão geracional aqui é matizada por conta da diferença não tão grande entre as médias de idade.

O Prouni e a questão social

A precariedade é uma realidade para uma parcela majoritária das mulheres da classe trabalhadora paulistana, e a condição de sexo aparece como um demarcador a mais que organiza as chances dos indivíduos nos distintos tipos de percurso no mercado de trabalho, notável, por exemplo, na sobre-representação das mulheres em trajetórias duradouras no emprego doméstico, uma atividade de baixo prestígio e sujeita a condições de trabalho muitas vezes aviltantes (GUIMARÃES; BRITTO, 2008, p. 79). Pois, como insiste Souza-Lobo (2011), *a classe trabalhadora tem dois sexos*, isto é, há um lugar específico dessas trabalhadoras no tecido social que não se confunde com a classe tradicionalmente representada pelos homens, mesmo em ocupações dentro da mesma linha de produção.

Segundo Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000), o trabalho feminino no Brasil contemporâneo seria “bipolar”, em que dois polos opostos de atividades contariam com ocupações de má qualidade quanto aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho, e outro seria formado por boas ocupações, caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e proteção social. As estudantes de Pedagogia da Universidade A que entrevistei se encontram no segundo polo, posição inscrita na própria localização geográfica (a periferia Sul) e consolidada na experiência do trabalho, exemplos da dinâmica demonstrada por Nadya Guimarães e Murillo Britto (2008, p. 74-75) em levantamento realizado entre 1997 e 2001 baseado em questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de São Paulo. Em um contexto de elevada insegurança ocupacional e sistema de proteção pouco efetivo que marcam as relações de trabalho no Brasil, o desemprego é apenas mais um “evento de risco em um trajeto pleno de incertezas” para os percursos despadronizados,⁹ isto é, que se constituem de uma trajetória ocupacional de intensas e variadas transições, semelhante à maioria dos casos analisados neste artigo (ver Quadro 1 abaixo).

Quadro 1 - Alunas da Universidade A entrevistadas para a pesquisa Idade, local de moradia, ocupação em 2014 e ocupação anterior

Nome	Idade	Bairro	Curso	Ocupação em 2014 / Ocupação anterior
Vitória	18	Campo Limpo	Pedagogia	Desempregada/monitora
Graziela	22	Jd. Angela	Pedagogia	Estagiária/desempregada
Cida	23	Jd. Panorama	Pedagogia	Desempregada/babá
Márcia	34	Capão Redondo	Pedagogia	Desempregada/doméstica
Joana	36	Jd. Icarai	Pedagogia	Desempregada/doméstica
Regina	40	Parelheiros	Pedagogia	Dona de casa/dona de casa
Juliana	19	Jabaquara	Segurança da Informação	Auxiliar de suporte técnico/nenhuma
Lúcia	22	Vila Ré	Tecnologia em Banco de Dados	Desempregada/programadora
Jéssica	24	Vila Nova Cachoeirinha	Tecnologia em Sistemas para Internet	Desempregada/teleoperadora
Fernanda	24	Itaim Paulista	Tecnologia em Sistemas para Internet	Desempregada/assistente bancária

Fonte: Costa, 2015.

Uma das principais características da precariedade, vista pelo ângulo dos países em desenvolvimento como o Brasil, é a alta rotatividade (*turn-over*) em seus mercados de trabalho provocada pela instabilidade dos vínculos, que na discussão europeia teve papel central no

⁹ No trabalho, em que comparam São Paulo e Paris, Guimarães e Britto identificaram seis tipos de trajetórias típicas, sendo que os que mais se destacam são os “percursos clássicos”, que incluem desempregados e assalariados com carteira assinada (24,1%), em que o desemprego representa uma ruptura em um percurso estável; e os “percursos despadronizados” (35,1%), de que tratamos acima (GUIMARÃES; BRITTO, 2008, p. 75).

desenvolvimento do conceito. Essa instabilidade é um traço persistente no caso brasileiro por conta de sua legislação permissiva com a possibilidade de demissão, especialmente depois da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo regime militar, o que favoreceu imensamente a intensa rotatividade. De acordo com Guimarães e Paugam (2016, p. 75), a rotatividade deprime os salários e submete os trabalhadores a jornadas crescentes através de “horas extras” em condições de trabalho degradadas pela privação de direitos (como a mencionada estabilidade, substituída pelo FGTS).

Uma das maneiras encontradas pelo lulismo para lidar com a questão social brasileira e sua precariedade inerente foi desenvolver ou dinamizar um conjunto de políticas públicas com vistas a suprir as necessidades do mercado de trabalho em contexto de crescimento econômico, que se refletiu especialmente entre as mulheres: de 2013 para 2014, os dados da Relação de Informações Anuais do Ministério do Trabalho (Rais-MTE) indicavam maior elevação do nível de emprego feminino (2,35%), ante ao masculino (0,46%).¹⁰ Por outro lado, a alta no número de empregos formais se deu sobre profusão de empregos ruins: segundo Marcio Pochmann (2012), na década de 2000, foram criados 2,1 milhões de empregos por ano, mas 94,8% deles pagavam até 1,5 salário mínimo.

A importância do Prouni vai além da inclusão de cerca de 1,4 milhão de estudantes no ensino universitário na década que se seguiu a sua criação, em 2005. Como um marco para o modo de regulação¹¹ que passou a vigorar com o lulismo, serviu para a retomada da expansão do ensino superior privado através do oferecimento de bolsas de estudo em troca de isenções fiscais para as instituições. Do ponto de vista político, ajudou na consolidação do projeto lulista. E incidiu na base da sociedade ao propor a gestão da precariedade pelas políticas de inserção¹² nos termos propostos por Robert Castel. Segundo o sociólogo, tais políticas seguem uma lógica de “discriminação positiva”, pois “definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas” (CASTEL, 2015, p. 538).

Os critérios de seleção do programa são indiscutivelmente pensados de modo a incluir aqueles que sofrem de um *déficit de integração* (CASTEL, 2015), os filhos da classe trabalhadora e adultos dispostos a voltar aos bancos da escola, no sistema de ensino superior privado. No contexto paulistano, são famílias oriundas dos estados da região Nordeste e que se fixaram em loteamentos clandestinos, só recentemente regularizados (CALDEIRA, 2000). Este é o caso de Márcia, uma das bolsistas que entrevistei para a pesquisa.¹³ Seu relato é esclarecedor para analisarmos certos processos de longo prazo e que afetam especialmente os mais pobres. Preconceito social, precariedade material, segregação, violência e perspectivas limitadas se arranjam de modo a explicitar o que Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) chamou de *cidade de muros*.

Márcia emigrou do estado de Pernambuco ainda criança junto com seus pais e irmãos há cerca de três décadas. Viveu boa parte da infância no bairro de Itaquera, Zona Leste da capital. Está separada do marido, com quem tem uma filha de 14 anos. Estudante de Pedagogia no campus Santo Amaro da Universidade A, Márcia é a única da família a ingressar no ensino superior. Tanto seus pais quanto seus nove irmãos são analfabetos ou semianalfabetos, trabalham como empregadas domésticas ou pedreiros, e vários deles sofreram os processos de espoliação descritos por Lúcio Kowarick (1980): se instalaram em casas autoconstruídas em loteamentos irregulares na periferia de São Paulo ou em barracos em favelas. A família se espalhou pela cidade, e assim Márcia se mudou definitivamente para o bairro do Capão Redondo, na Zona Sul. Seu pai havia falecido há cerca de cinco anos e era analfabeto e sua mãe havia cursado até a quarta série. Márcia comenta a origem deles como trajetórias de precariedade:

¹⁰ Embora o estoque de emprego do sexo masculino seja superior ao feminino, em termos absolutos, o incremento de empregos formais femininos, em 2014, correspondeu à 493 mil postos e do sexo masculino, 130 mil postos. Observa-se, assim, a continuidade do processo de aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal que passou de 42,79% em 2013 para 43,25% em 2014.

¹¹ Leda Paulani (2009, p. 26) define o modo de regulação como “as instituições, normas, os modos de cálculo e procedimentos que asseguram a reprodução do capital como relação social”. Trata-se de um conjunto de cinco formas institucionais – a relação de trabalho, a relação concorrencial intercapitalista, o regime monetário e financeiro, a forma de organização do Estado e o regime internacional – que quando combinadas determinam a forma específica que assume a acumulação de capital em cada momento histórico.

¹² Utilizo aqui no lugar de inserção o termo *inclusão*, mais familiar ao debate brasileiro da “inclusão social”.

¹³ Os nomes das entrevistadas foram trocados por nomes fictícios.

Em que seus pais trabalhavam?

Lavoura. Cana-de-açúcar. Na época em que eles trabalhavam lá. O meu pai trabalhou em algumas empresas como operário mesmo, mas a convivência com o meu pai aqui foi pouca porque ele se separou da minha mãe. E aí a minha mãe, vendo a situação da família, começou a fazer salgados, doces, bolos, essas coisas, e começou a vender na rua, que foi onde a gente começou a acompanhar um pouco. A situação foi um pouco precária. As minhas irmãs, como já eram maiores de idade, trabalhavam como empregadas domésticas. Até hoje ainda trabalham. Mas a minha mãe, depois que todo mundo já cresceu e começou a arrumar seu emprego, melhorou um pouquinho a renda, então ela parou de trabalhar. [...] No total de filhos, a minha mãe teve nove. Quem mora com a minha mãe no momento são três filhos. Os outros são todos casados, cada um mora na sua casa, de aluguel ou de terreno da prefeitura. No caso da minha mãe ainda é em terreno da prefeitura. Já eu moro com a minha filha em uma casa em que eu morei uma época com o pai dela. A gente se separou já faz um tempo e eu continuo morando na mesma casa.

Você morava em Itaquera, certo?

Morei em Itaquera. É periferia ainda, né. Como era periferia e eram aqueles barracos de tábuas, quando a gente veio do Norte acabou nessas situações... então a gente morava lá. Aí tinha esse negócio da prefeitura de tirar todo mundo e aí colocar em casinhas de Cohab. Então, como as minhas irmãs trabalhavam já há algum tempo como empregadas domésticas, aí conseguiram comprar um terreno, construir um comodozinho... aí todo mundo foi socado pro mesmo lugar. Foi aí que a gente veio morar no Capão Redondo [Márcia, 34 anos].

A pouca proximidade que Márcia manteve com seu pai parece se repetir entre sua filha e o ex-marido. Apesar de espelhar as profundas mudanças na taxa de natalidade por que passou o país nas últimas décadas,¹⁴ o exemplo acima sugere que o vínculo entre trabalho e cuidado com os filhos, resultando em dupla jornada, permanece inalterado no polo do trabalho precário. Suas irmãs parecem seguir o mesmo padrão, segundo seu relato.

Joana, de 36 anos, também estava desempregada e aguardava o estágio na rede municipal de ensino. A estudante de Pedagogia já trabalhou como doméstica, recepcionista, teleoperadora e em uma lavanderia. Hoje ela mora com um dos filhos e com o homem com quem iria se casar alguns meses depois. Ela conta que a rotina era muito cansativa quando esteve no mercado de trabalho, “porque os ônibus saem lotados. Você chega ali dez e meia [da noite] no terminal, você vai ver filas e filas, e pra você esperar um ônibus pra ir sentado é uma hora, quarenta minutos, mas aí eu prefiro ir em pé, no cheio, do que ficar aqui [na Universidade A] com fome, com frio”. O relato de Joana ilustra esse apontamento:

Ah, então, eu trabalhei como promotora também uma época, eu trabalhava nos Jardins, né? Lá você vê carrões, você vê gente bem arrumada, entendeu? É assim, vê gente bonita. Bonita! No sentido figurado, né? E, claro, você vê mais a rua... mais árvores, você vê as calçadas mais bonitas, as fachadas mais bonitas. Onde eu moro, a gente anda pelo meio da rua, tem a calçada, só que a calçada você tem que subir um monte de obstáculos. Eu imagino a pessoa que use uma cadeira de rodas, que não tenha mobilidade de andar, é complicado, entendeu? Então você vai para o centro, tudo organizado, tudo bonitinho, às vezes é tudo igual, as calçadas, tudo bonitinho. Podia chegar lá, né? [Joana, 36 anos].

Entre a Precariedade e a Esperança

A entrevista não é um acontecimento ordinário e, portanto, não coincide exatamente com os comentários que se faz no dia a dia a respeito da sociedade, do poder e dos políticos. Como diz Caldeira (2000), o cotidiano é o corriqueiro e o que se vive de modo imediato é fragmentário. Nesse processo, ativar opiniões sobre a política assume muitas vezes a forma de um desabafo contra as desigualdades, vistas pelos mais pobres como fundamento para a precariedade em que vivem em oposição ao privilégio dedicado pelo poder público aos ricos. Na fala de Márcia, assim como na de muitas outras entrevistadas, é notável a ideia de que o governo está comprometido com os interesses dos ricos, enquanto suas escolas são ruins, assim como o transporte público e as opções escassas de

¹⁴ De acordo com o IBGE, a taxa de natalidade no Brasil caiu de 20,86 para 14,16 filhos por mil habitantes de 2000 a 2015.

lazer. A desconfiança em relação aos políticos também é justificada pelo ressentimento, na medida em que o governante é eleito para ajudar os pobres, a quem eles recorrem na época de eleição. Como o “governo”, aí incluído o uso da força policial, responde ao poder econômico, a própria reivindicação de direitos e do cumprimento dos compromissos assumidos pelo governante se tornam arriscados e passíveis de represália por parte do Estado, como aponta a entrevistada Márcia:

Influência da classe social, entendeu? Na verdade, quem tem é quem manda. Digamos que os governantes que nos elegemos, que acha que vai nos beneficiar de alguma forma, não vai. Ele vai beneficiar quem tem poder. O empresário é que tem o poder e é quem manda nele. “É assim assado e vai ser dessa forma”, e vai ser dessa forma. E o que a população pode fazer em relação a isso? Sair na rua e apanhar da polícia? É difícil, é meio revoltante, pra falar a verdade, você ver cada situação dessa. Então você não sabe muito o que fazer. Você escolhe o cara achando que ele vai defender os direitos do pobre que tá lá sofrendo à beça, como esse caso que aconteceu no metrô. [Márcia, 34 anos]

Este sentimento em relação aos governos é legítimo, mas também tem ambiguidades. É fato que, diante da regularização de loteamentos clandestinos – os “terrenos da prefeitura” mencionados por Márcia – e da incorporação da periferia na estrutura formal de serviços, houve melhorias significativas na infraestrutura, fruto das lutas travadas pelos movimentos sociais de moradia. Como a urbanização da periferia foi deixada para a iniciativa privada até a década de 1970, refletindo o caótico processo de abertura e venda de lotes iniciado nos anos 1940, a melhoria dos serviços públicos só teve significativo avanço nos últimos anos do regime militar, aliada à abertura política.

Dois movimentos, no entanto, atuam para manter a sensação de abandono por parte dessas mulheres das classes baixas, um material e outro simbólico: a expansão da infraestrutura, assim como a regularização dos lotes e sua incorporação no mercado formal de imóveis; e a “fala do crime”, que trouxe para o plano da narrativa hegemônica a violência crescente no espaço urbano. O primeiro fenômeno teve como consequência a diminuição dos estoques de lotes baratos, já que o valor dos terrenos aumentou como resultado da construção de equipamentos urbanos, encarecendo a moradia na periferia e inviabilizando-a para a população empobrecida. Em suma, o crescimento da pobreza na década de 1990, combinado com melhores condições e terrenos mais valorizados, expulsou os mais pobres para os limites da cidade ou para outros municípios da região metropolitana, dificultando a autoconstrução da casa própria e forçando uma grande parcela dessa população a viver em favelas e cortiços, que aumentaram de 1,1% da população da cidade em 1973 para 19,1% em 1993 (CALDEIRA, 2000).

A violência permeia várias das entrevistas realizadas para esta pesquisa. Um caso emblemático é o de Cida, moradora do Jardim Panorama, também na Zona Sul e estudante de Pedagogia na unidade Santo Amaro da Universidade A. Cida tem 23 anos, é divorciada e tem um filho de três, que diz sustentar com a “ajuda” do ex-marido. Uma jovem que demonstra inclusive com lágrimas uma desesperança sofrida, e que se reflete na maneira hostil com que vê a sociedade. Cida resolveu cursar Pedagogia porque diz gostar de crianças e, basicamente, é com elas que se sente à vontade. Beneficiária do Prouni, não se sente grata e repete a opinião da maioria dos entrevistados de que a bolsa ajuda, mas é um paliativo ou até uma “enganação” para que o governo ganhe o apoio dos pobres. Individualismo, medo e ceticismo se misturam de maneira contraditória, se organizando em um senso de “vocaçào” que a direciona para a Pedagogia, como explica Cida, ao falar sobre sua preocupação com o desenvolvimento das crianças e seu papel na educação delas:

Você tem que olhar pra você primeiro, se você não sabe se no momento de fúria, de raiva você não vai fazer a mesma coisa? Então não pode julgar ninguém! Eu procuro um futuro melhor pra mim primeiro, que aí sim depois que eu ver que eu to conscientizada que eu to bem comigo mesmo, aí se eu posso querer mostrar pra alguém... não é nem cobrar, é mostrar pra alguém um lado melhor né? E procurar desenvolver isso, começando com as criancinhas, que é pra isso que eu estou estudando, quero trabalhar nessa área. Começar com eles, que realmente estão vindo no mundo, são totalmente inocentes, não tem noção de nada que está acontecendo hoje em dia, já diferente dos adultos que tem toda noção e continuam persistindo no mesmo erro.

Você costuma sair para outros lugares, outras regiões da cidade, além da Zona Sul?
Não. Nunca fui conhecer outros lugares. É difícil, acho que com meu filho... eu penso muito nele, entendeu? Assim, tudo que eu vou fazer, tudo vai cair sobre ele, então, tem que pensar nele primeiro, depois eu penso em mim. Se der, deu... se não der, não dá. Eu vivo mais pra ele, claro, é minha responsabilidade. [Cida, 23 anos].

No caso dos estudantes bolsistas do Prouni, o ensino superior viabilizado por uma política pública no contexto do lulismo coloca ainda outros desafios de pesquisa, como entender como uma iniciativa governamental contraditória é vista por seus próprios beneficiários. A mudança do eixo normativo de um certo discurso fortemente presente nas periferias, onde a demanda por universalização de *direitos e cidadania*, típica dos movimentos sociais populares no ciclo iniciado nos anos 1970, parece ter sido obliterada pela burocratização destes e pela ascensão do “mundo do crime”, colocando sob responsabilidade do Estado a formulação e implementação de um programa que não levou em consideração a *construção democrática* pautada pela participação dos trabalhadores no processo de abertura política (FELTRAN, 2010). Assim, o Prouni é recebido por muitas como “nada mais que obrigação”, enquanto as opiniões favoráveis são, quase sempre, de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores:

Márcia, o que você acha do Prouni?
Acho que é um tapa-buraco. É uma coisa de tentar calar a boca da população. Não sendo ingrata, né. Mas acho que uma coisa de tentar calar a boca da população e falar “olha, estou te oferecendo isso, do que você está reclamando, em termos de estudo, de educação que você quer?” Eu acredito que se o governo desse mais oportunidades pra você fazer uma faculdade pública, se ele investisse mais nisso pra dar mais oportunidade pra todos ele não precisaria ficar fazendo esses tapa-buracos. Na verdade, eu também acho que eles fazem isso pra ficar superfaturando muita coisa. Acredito que o governo fica inventando isso pra calar a boca da população e ter um jeito de superfaturar e tentar sempre desviar verba do que seria bom, pra resolver pra população. “Ah, gastou tanto nisso aqui”. Será que gastou mesmo? Acho meio duvidoso. Eu sempre desconfio muito. [Márcia, 34 anos]

Pesquisas sobre o tema sugerem que, embora o Prouni tenha possibilitado a entrada de indivíduos antes excluídos, não o fez de forma radical (ALMEIDA, 2012; COSTA, 2015). Wilson Almeida (2012) se concentra em universidades tradicionais, como a PUC de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, para mostrar que a desigualdade permanece por clivagens que se formam internamente entre os próprios prounistas. No caso, os bolsistas bacharelados entrevistados pelo sociólogo são os que melhor estão localizados geograficamente, morando próximos ao centro da cidade, ao contrário da situação dos bolsistas licenciandos, que residem mais distantes do centro.

A fala de Márcia, assim como a de todos os outros, é eivada de contradições quando se refere ao acesso ao ensino superior e ao Prouni. É comum não se sentirem “em dívida” com o governo, e algumas poderiam ingressar em uma universidade privada por outros meios. Assim, para Márcia, ao mesmo tempo que o Prouni é um “tapa-buraco”, também lhe permite alguma flexibilidade para frequentar seu curso de Pedagogia sem, necessariamente, abrir mão de alguma fonte de renda. Por isso decidiu sair do antigo emprego de doméstica para poder cumprir com os estágios obrigatórios. Mas Márcia não deixa de refletir sobre como a sua condição de mulher trabalhadora, mãe e moradora da periferia paulistana, condiciona decisivamente suas alternativas já restritas. A gestão da precariedade pelos programas sociais não esconde, para ela, seu propósito de *inclusão*, nos termos de Castel (2015), ao refletir sobre suas oportunidades escolares:

Você já pensou em tentar uma universidade pública?
Ah, pensei muito. Mas só de ver o ensino que a gente tem, a gente sabe que é muito defasado. Aí você vê o tanto que o pessoal estuda pra poder fazer uma Fuvest da vida... e como é que eu vou me comparar com aquela pessoa que está fazendo Etapa, que estuda lá no Porto Seguro, onde tem um “intensivão” só pra fazer o vestibular, onde eles vão direcionar todo o conteúdo pra quem vai fazer o vestibular? Como eu vou conseguir me comparar a essas pessoas? Não que eu esteja me denegrindo, falando que

eu sou burra nem nada, mas eu não tenho oportunidade de fazer o mesmo ensino, a mesma aprendizagem que eles têm. Por que os caras gastam tanto pra fazer sendo que eles depois vão pra faculdade pública? Um dos únicos recursos que você tem pra fazer é pelo Prouni. [Márcia, 34 anos]

Márcia é a única de sua família a frequentar um curso superior. Mesmo sonhando com o ensino público e se exasperando com a falta de oportunidades, ela e as outras estudantes com quem conversei acreditam que o diploma universitário é condição essencial para melhores condições de disputa no mercado de trabalho. A despeito da falta de clareza sobre as reais possibilidades de mobilidade social que ele permite, há uma expectativa mesmo que tímida em relação ao futuro. No caso de Márcia, a rigidez com que retrata o vivido contrasta com uma avaliação positiva da experiência universitária, sempre com ressalvas, mas que lhe parece melhor do que não tentar.

Entre os relatos das estudantes de Pedagogia, a precariedade surge com mais intensidade. Um senso de vocação, contudo, surge entre elas, e a possibilidade de concretizá-lo as aproxima da perspectiva de carreira, da conquista de direitos e, portanto, da velha construção democrática. Conquistar certificados, no caso delas, e distintamente do caso das estudantes de Tecnologia, significa efetivamente um progresso potencial nas suas condições de vida, e isso se manifesta em expectativas melhores para o futuro, como vemos na fala das entrevistadas Vitória e Joana:

Depois que você se formar, você acha que o curso vai te ajudar a conseguir um emprego melhor?

Muito mesmo, porque eu já comecei... Umhas semanas atrás eu fiz o concurso da prefeitura pra poder estagiar em salas. Então tudo aquilo que já vem na bagagem do ensino médio e algumas coisas que eu aprendi aqui, essa provinha que a gente fez, já caiu nela e eu passei. Então já vai me ajudar a arranjar um estágio, com certeza no futuro eu vou trabalhar dependendo daquilo que eu to fazendo aqui. [Vitória, 18 anos]

O que você espera do futuro?

Eu respondo pela minha vida. Posso dar opinião pelo país também. Eu quero, que nem eu falei pra você, me formar, ter uma experiência, mesmo que eu ficar na educação, eu quero continuar estudando. Acho que demorei muito e agora eu não quero parar mais, porque eu sempre senti falta disso, eu sempre gostei de estudar, não sou a primeira aluna da sala, porque eu tenho as minhas dificuldades, mas a dificuldade que eu não tenho é de gostar, então como eu gosto de estudar então acabam se tornando mais fáceis as outras dificuldades. [Joana, 36 anos].

Mulheres no Trabalho Informacional

Uma das conclusões apontadas por Bruschini e Lombardi (2000, p. 101) diz respeito à tensão entre os dois polos. Elas afirmam que “é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira. Este é o elo que une os dois polos analisados”. Apesar de as estudantes de Pedagogia aqui descritas fazerem indubitavelmente parte do segundo polo, as estudantes da área de tecnologia almejam o primeiro polo, mas estão, pelas experiências no trabalho, mais próximas do segundo, habitando um não-lugar na teoria pelo avanço de sua inclusão precária pelo trabalho informacional. Trata-se de um grupo de trabalhadores que tem crescido de maneira exponencial desde o início das privatizações no setor de telecomunicações no país na segunda metade da década de 1990. As estudantes entrevistadas se deslocam sensivelmente do arco de referências das entrevistadas do curso de Pedagogia: aqui não há discurso sobre vocação e importância da formação universitária, mas senso prático em excesso, ceticismo, foco na próxima curva que o mercado de trabalho lhes indicar e na competição por empregos precários, ao invés de um grande plano de carreira que essa geração nascida no regime de acumulação flexível (HARVEY, 2008) não se dá ao luxo de cultivar.

As futuras tecnólogas incluídas nesta pesquisa têm um perfil semelhante entre si: são filhas de mães e pais oriundos da classe trabalhadora com pouca qualificação (operários manuais, motoristas, cozinheiros, domésticas etc.), e estudaram em escola pública; têm, invariavelmente,

escolaridade acima da dos pais, renda individual de até 1,5 salário mínimo (em valores de 2014), quando empregadas, e moradoras de bairros periféricos. Além, obviamente, de compartilharem da condição de bolsistas em universidade privada.¹⁵

Juliana, estudante do curso de Sistemas da Informação no campus Vergueiro, tem 19 anos e acha que seus colegas na Universidade A “não se esforçam muito”, e pensa o mesmo sobre seus amigos do bairro do Jabaquara, na Zona Sul, alguns deles moradores de uma favela nas proximidades do seu condomínio. Para ela, “ninguém mais pega na sua mão e diz o que tem que fazer porque é importante”, afirma em relação à escola, de modo que “você faz se você quiser” e quem não se esforça não consegue continuar. Juliana tem ainda uma opinião *sui generis* sobre o diploma universitário: o certificado de conclusão seria “aquela coisa escrita”, “burocrática”, “para colocar no currículo” e que importa mais porque as empresas exigem. Não que ela não considere necessário adquirir conhecimento, mas “não é só o diploma que faz uma pessoa, mas sim o esforço”. Além do mais, “o conhecimento está na nossa cara”, diz, se referindo à internet.

Segundo Isabel Georges (2009), as vagas de emprego no setor de *telemarketing*, por exemplo, exigem nível de escolaridade relativamente elevado, sendo este um dos principais critérios de seleção no momento do recrutamento. Por outro lado, o “rendimento” de sua escolaridade é muito baixo, geralmente colocando o trabalhador em uma situação de sobrequalificação em relação à sua ocupação. Tal situação pode favorecer a emergência de uma “relação paradoxal em relação à escola”, pois ela estimula o acesso ao emprego, mas a ocupações que desvalorizam os saberes adquiridos.¹⁶ A conclusão de Georges sugere que somente aqueles que contam com certa estabilidade socioprofissional dos pais e que começam os estudos superiores tendo frequentado no ensino médio estabelecimentos privados ou escolas profissionalizantes públicas têm pretensões de mobilidade.

Ao contrário da promessa de emancipação presente na utopia da sociedade da informação, a realidade do setor é bastante marcada pela precariedade. Estudos que prometiam a ascensão de um “capitalismo informacional” como algo positivo sobretudo para as mulheres, melhor preparadas para as atividades intelectuais e que, com o esperado desaparecimento de serviços pesados, teriam sua remuneração convergindo com a dos homens, não se comprovaram (ABREU, 1994).

Alice Abreu (1994) e Helena Hirata e Danièle Kergoat (2009) salientam, em uma perspectiva de gênero do modelo de especialização flexível, que as inovações tecnológicas não têm as mesmas consequências para homens e mulheres, nem em relação à divisão internacional do trabalho, nem intra-categorias, pois se deve analisá-las pelas *relações sociais* em que estão imbricadas. A reconstrução contínua da desigualdade passa justamente pela questão da qualificação e suas diferentes dimensões. De modo que, retomando os estudos de Luiz Pereira (1978) sobre a necessidade de qualificação para a manutenção em um emprego estável “fordista”, é possível ver a reestruturação produtiva das últimas décadas como uma forma de o capitalismo *incluir*, no sentido de Castel (2015), as mulheres no mercado de trabalho a partir das pressuposições de suas “competências”.

É certo que as relações sociais de sexo tiveram papel relevante para ambos os grupos de entrevistadas, sobretudo para as prouvistas dos cursos de tecnologia, pois elas compartilham experiências profissionais marcadas pelo acúmulo de funções de cuidado, como babás e domésticas, que as colocam em pior situação na busca por melhores cargos e salários “qualificados”. A título de comparação, entre as entrevistadas que estavam empregadas na área em que estudavam no momento da pesquisa, o maior salário era o de Juliana, que ganhava à época R\$ 900,00 como auxiliar

¹⁵ Apesar de estarem situados nos mesmo setor de ocupação dos teleoperadores e eventualmente ocuparem esses empregos, em sua situação atual podem ou não se encaixar no perfil *stricto sensu* dos trabalhadores dos *call centers*, predominantemente afrodescendentes, homossexuais, transexuais, obesos, a maioria do sexo feminino. De acordo com Selma Venco (2009), os empresários do setor “privilegiam” pessoas com menos aceitação em postos de trabalho *vis-à-vis*.

¹⁶ A autora destaca, com base em pesquisas qualitativas, três tipos de dinâmicas das trajetórias profissionais no caso setor de teleatendimento: uma *ascendente*, caracterizado por um caso raro de mulheres brancas que realizam estudos superiores em estabelecimentos de bom nível, que dão prioridade aos estudos e cujos pais são de nível social suficientemente confortável; uma *descendente*, mais frequente e que corresponde a uma escolaridade tardia, muito verificável em homens e mulheres negros com mais de trinta anos e que frequentaram a escola pública até o segundo grau; e uma *estável*, que inclui os jovens em período de preparação para cursos superiores. Para estes, o trabalho nos *call centers* corresponde a uma situação aparentemente temporária.

de suporte técnico em uma empresa de cobrança, enquanto entre todos os entrevistados da pesquisa incluindo os homens, Ricardo, de 28 anos, funcionário de uma empresa de *outsourcing* (terceirização) de impressoras, ganhava R\$ 1100,00.

Para as tecnólogas e tecnólogos, a rotatividade constante em empregos de baixa remuneração rompe o antigo ideal de se manter por muitos anos no mesmo emprego, tendo que se submeter ao reemprego constante. Os resultados da Rais-MTE indicavam que o reemprego continuava sendo a principal forma de contratações no mercado de trabalho formal nos anos finais do lulismo, respondendo por 78% das admissões ocorridas em 2013. No mesmo ano, 15,6% das contratações foram por primeiro emprego, e 6,3% por outras formas de admissão, percentuais próximos aos verificados em 2012. A participação dos admitidos em primeiro emprego foi relativamente maior entre os trabalhadores com ensino médio incompleto (23,7%, em 2013) e com ensino superior completo (20,3%), contra uma participação de 15,6% no total dos admitidos no ano. Os trabalhadores admitidos em outras modalidades possuíam maior participação relativa entre os trabalhadores com ensino superior incompleto (9,3%) e ensino superior completo (12%). Por sua vez, a participação do reemprego entre as faixas de menor escolaridade é relativamente maior. Em 2013, 84,2% das admissões de analfabetos eram na forma de reemprego, e 81,9%, para pessoas com o ensino fundamental completo, contra um total de 78% de participação total dessa forma de admissão (DIEESE, 2014).

Por exemplo, Jéssica, outra das estudantes de Tecnologia entrevistadas, com 24 anos já trabalhou como babá, com transporte escolar, em uma gráfica e no *telemarketing* e no momento da entrevista procurava emprego novamente. Filha de policial militar aposentado e de uma funcionária de escola pública, mora no bairro Cachoeirinha, na Zona Norte da capital e fez um ano do curso de Tecnologia de Sistemas para Internet, no campus Barra Funda da Universidade A com uma bolsa integral do Prouni, mas abandonou o curso, que imaginava ser semelhante à Publicidade ou Marketing. Ela classifica sua experiência no *telemarketing* como “um pouco ruim, porque você tem que lidar com pessoas que se acham na razão de estar certas estando erradas”. Por causa do estresse do trabalho, não permaneceu por muito tempo na profissão, como confirma seu depoimento:

Você trabalhou quanto tempo com telemarketing?

Dois anos. Não, foi um ano e meio numa empresa... é, foi dois anos. E seis meses em outra.

O que você achava do trabalho?

É uma coisa para quem quer ganhar dinheiro fácil e rápido. Porque essa empresa foi boa para ganhar dinheiro fácil e rápido, mas é uma coisa que se você não tomar cuidado, você vai acabar surtando lá dentro.

Por quê?

Porque é uma coisa muito puxada, o funcionário é muito desvalorizado. Apesar de você ter a parte financeira boa, mas não compensa muito. Mexe muito com a estrutura psicológica da pessoa. O tempo que eu trabalhei lá... eu saí de lá por questões de saúde, porque eu já não estava mais aguentando, estava mexendo... mexe muito com o seu psicológico... dependendo da área que você trabalha, se é no SAC [Serviço de Atendimento ao Consumidor], se é cobrança, se é atendimento ao cliente, se é vendas... é meio puxado.

Você trabalhou em qual setor?

Eu trabalhei sempre com cobrança. Seis meses eu trabalhei com cobrança de cartão de crédito e um ano e meio eu trabalhei com cobrança de veículo.

Difícil?

Um pouco. É ruim porque você tem que lidar com pessoas, pessoas que se acham na razão de estar certas estando erradas. É difícil. [Jéssica, 24 anos]

A despeito de afetar com maior vigor as mulheres, a ideia de flexibilização como “reprofissionalização” e novas oportunidades viria a se mostrar ao longo dos anos uma quimera para a imensa maioria dos trabalhadores de ambos os sexos. Pesquisas como as de Georges (2009) sobre a desqualificação de saberes adquiridos na universidade em um mercado que não os absorve, e de

Bárbara Castro (2016) sobre a experiência da flexibilidade com trabalhadoras e trabalhadores de Tecnologia da Informação (TI), demonstram a extrema degradação desse mercado e o papel da divisão sexual do trabalho na sua estruturação interna.

Entre o grupo de estudantes de Tecnologia que entrevistei, o desemprego é muito menos um problema do que uma opção, por serem mais jovens e contarem com maior suporte familiar em relação às estudantes de Pedagogia, mas a posição ocupacional em que vão se encontrar quando formadas pode mesmo representar estagnação, quando as chances de conseguirem empregos estáveis e que admitam possibilidades de progressão na carreira se mostrem escassas. No momento da pesquisa de campo que desenvolvi, três delas estavam desempregadas, mas apenas uma ainda não haviam trabalhado na área – Fernanda vinha de uma experiência como assistente na área de previdência privada. As demais são casos típicos da alta rotatividade que atinge o trabalho informacional. São, como diz Vera Telles (2006), “viradoras”: entram e saem de ocupações díspares, porém igualmente informais e de baixa remuneração. Como resultado da hipótese apresentada aqui, esta é uma diferença fundamental para a formação da consciência de classe, pois no caso das estudantes de Pedagogia, o sucesso na empreitada universitária é, na maioria das vezes, vetor de melhoria em suas condições de vida.

Chama a atenção ainda a ausência de menções espontâneas das entrevistadas às relações sociais de sexo propriamente ditas, mesmo que suas experiências as demonstrem nitidamente. No entanto, a dificuldade delas em associar tais desigualdades não significa que não compreendam o papel que lhes é atribuído pela divisão sexual do trabalho. Como observa Souza-Lobo (2011, p. 82), “o trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*; o emprego faz parte da condição de *mulher pobre*”, isto é, diferentes práticas de trabalho que nos casos apresentados, assim como aparecem para a socióloga, não são passíveis de escolha, pois determinadas pelas oportunidades do mercado de trabalho.

Contribui para o ocultamento da desigualdade entre mulheres e homens na percepção das entrevistadas, sobretudo entre as tecnólogas, algo também notado por Souza-Lobo entre mulheres operárias no fim dos anos 1980, qual seja, o fato de executarem tarefas semelhantes às dos homens. Dado o imperativo da “vontade” sobre as condições biológicas, a divisão sexual do trabalho surge como construção histórica e uma relação de *submissão-resistência* na disposição de encarar qualquer tarefa (SOUZA-LOBO, 2011). Mas com uma diferença fundamental: diante da precariedade do mercado de trabalho em que se encontram, não aparece entre elas nem mesmo a possibilidade de almejar cargos maiores, o que lhes colocaria, provavelmente, diante da disputa desigual com os homens.

A ativação de uma política pública como o Prouni pode borrar as fronteiras entre os polos mencionados por Bruschini e Lombardi (2000), na medida em que algumas das mulheres entrevistadas para esta pesquisa se mantiveram em um dos polos por quase toda a vida e, no momento em que cursavam o ensino superior, vislumbravam perspectivas de longo prazo e a constituição de uma carreira – caso das estudantes de Pedagogia. Por outro lado, entre aquelas que se posicionavam em um ponto intermediário da precariedade do mercado de trabalho, possuidoras de saberes socialmente valorizados, mas sujeitas à alta rotatividade e à baixa remuneração, se viam constantemente incapazes de atingir o polo superior e, eventualmente, buscavam alternativas entre aquelas profissões desvalorizadas socialmente, situações corriqueiras no precário mercado de trabalho brasileiro.

Referências

ABREU, A. Especialização flexível e gênero: debates atuais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 52-57, 1994.

ALMEIDA, W. M. *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo*. 2012. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRAGA, R A *política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 67-104, 2000.
- BURAWOY, M. *The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.
- CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CASTRO, B. *As armadilhas da flexibilidade*. São Paulo: Annablume, 2016.
- COSTA, H. *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *O mercado de trabalho formal brasileiro: resultados da RAIS 2013*. São Paulo: DIEESE, 2014.
- FELTRAN, G. S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, 2010.
- GEORGES, I. Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 213-230.
- GUIMARÃES, N. A.; BRITTO, M. Desemprego, padrões de trajetória e segregação em São Paulo e Paris. In: COSTA, A. O; SORJ, B; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. São Paulo: FGV, 2008, p. 69-87.
- GUIMARÃES, N. A; PAUGAM, S. Work and employment precariousness: a transnational concept? *Sociologia del Lavoro*, v. 144, p. 55-84, 2016.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual a renovação da epistemologia do trabalho? In: BAÇAL, S. (org.). *Trabalho, educação, empregabilidade e gênero*. Manaus: EDUA, 2009. p. 173-189.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LIMA, M. R. Acesso à universidade e mercado de trabalho: o desafio das políticas de inclusão. In: MARTINS, H. H. T. S.; COLLADO, P. A. (org.). *Trabalho e sindicalismo no Brasil e Argentina*. São Paulo: Hucitec; Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2012. p. 91-111.
- PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, n. 66, São Paulo, p. 25-39, 2009.
- PEREIRA, L. *Classe operária: situação e reprodução*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, vol. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011[1991].
- TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.
- VENCO, S. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 153-171.